

Rui Ramos, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Isabel Corrêa da Silva (Coord.), *Dicionário Crítico da Revolução Liberal (1820-1834)*. Dom Quixote, 2025

Conceição Meireles Pereira 



A consulta deste dicionário, organizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, deve começar pela leitura da Introdução, *Do “Portugal Velho” ao “Portugal Novo”* (2025, pp. 11-15), assinada pelos seus coordenadores. Com efeito, este texto inicial desfaz a eventual estranheza que pode causar a consulta prévia do índice, ao expor três aspetos fundamentais que norteiam a obra, como um manifesto da sua conceção, razão pela qual se recorrerá à transcrição de algumas das suas linhas.

O primeiro eixo – *Uma transformação social, política e cultural* – esclarece a asserção de “revolução liberal”, que não se restringe a um acontecimento (o mais óbvio seria o 24 de Agosto de 1820), alargando-se a um processo «que se terá prolongado através de várias décadas no século XIX» e que «culminou com a consolidação de um regime, a monarquia constitucional, cujos líderes passaram a chamar-se a si próprios “liberais”, e que mudaram, através de legislação, as instituições e os princípios da vida portuguesa» (p. 12), isto é, alteraram aspetos como o «conceito de Estado, o estatuto da nobreza, do clero e dos corpos intermédios», transformaram estruturas profundas como a «cultura política, a conceção da sociedade e a vida religiosa» (p. 12). Apesar dos coordenadores admitirem que os liberais mantive-

ram «alguns dos andaimes do Antigo Regime, como a dinastia, uma Igreja oficial e uma nobreza titular», sustentam que «revolucionaram a sociedade num sentido radical. Afirmaram um ideal cívico quase republicano do Estado» e «erradicaram legalmente o Antigo Regime» (p. 12). Reconhecem «que é possível sobrelevar continuidades, e notar projetos de transformação frustrados», mas referem que foram os próprios liberais «a dar conta de algumas dessas limitações, por vezes de forma bastante distorcida, como no caso da centralização administrativa ou da dependência em relação ao Estado» (p. 12). Sem que este aspeto seja mais claramente tratado, é referido que «a revolução

liberal dos anos 1820 e 1830» consistiu num «processo de rutura e de transformação», que se caracterizou «por uma agreste divisão política e por momentos de enorme violência, como sucessivos golpes de Estado com intervenção do exército [...] e recorrentes erupções de guerra civil [...] com intervenção estrangeira» (p. 12). Afirmção inquestionável, mas a fragmentação política e as lutas internas não foram específicas do liberalismo português, bem como as ingerências militares internacionais, particularmente frequentes nos Estados que gravitavam na esfera de influência de outros mais fortes, veja-se o caso espanhol.

O segundo aspeto – *Estudar a revolução liberal* – defende que o liberalismo foi tradicionalmente estudado «do ponto de vista do constitucionalismo e dos grandes códigos de leis», mas nos últimos quarenta anos a historiografia tem aberto outras perspetivas, em especial «o modo como durante e depois da guerra 1832-1834, os liberais atingiram os fundamentos de influência social e política de nobreza e fidalguia, do clero e das câmaras municipais e outras corporações», com as decorrentes «abolições e expropriações, apesar de Portugal se ter mantido uma sociedade rural, «sem a “revolução industrial” que, para alguma historiografia, deveria constituir a única prova de mudança» (p. 13). São também evocados os políticos e escritores liberais, que viram a sua reforma como «parte de uma mudança global no mundo», tendo sido diretamente inspirados por acontecimentos estrangeiros, sobretudo em Espanha, sendo igualmente importantes as referências a eventos franceses e ingleses, relembrando a importância do contexto Internacional para compreender a revolução liberal portuguesa. Este texto introdutório considera ainda que os conflitos políticos causados pelas modificações liberais suscitaram debates dos intelectuais que «acabaram por mobilizar uma parte apreciável da população», pelo que o «regime liberal inspirou o desenvolvimento de uma esfera pública muito dinâmica», visível na multiplicação de jornais e de associações políticas, a par das festas cívicas e dos monumentos promovidos pelos governos (pp. 13-14); assim, «o paradigma do “cidadão ativo” cobriu todo o espectro político», com os liberais e seus adversários a partilharem uma cultura de patriotismo e a invocarem a «nação e as suas liberdades», o que conferiu à época «grande intensidade e capacidade de mobilização» (p. 14). Na ótica dos autores, este clima deveu-se também «à importante dimensão religiosa da revolução liberal, que as primeiras abordagens à sua história tenderam a subestimar», ou seja, o pensamento e medidas anticlericais do liberalismo causaram a reação dos seus opositores, criando a polarização entre maçonismo e ultramontanismo.

A terminar a introdução, o ponto *Um dicionário crítico* explica a inspiração direta da obra – o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* (1988), coordenado por François Furet e Mona Ozouf – modelo que viabiliza o objetivo de «fazer um ponto da situação das pesquisas sobre a história da revolução liberal [...] para lançar novas perspetivas» sobre a emergência da Monarquia Constitucional e do Estado liberal no período em apreço, sob o prisma da história política, social, cultural e dos conceitos. Assim, este dicionário não pretende ser «“enciclopédico”, mas “crítico”», as suas «entradas não são verbetes sintéticos, mas ensaios interpretativos» (p. 14). As cinco partes que estruturam o dicionário francês (com um total de 99 entradas) são adaptadas ao caso vertente: *Acontecimentos; Atores; Ideias; Instituições e Dinâmicas Sociais; Intérpretes, Memorialistas e Historiadores*. Foi, ainda, adicionada uma sexta secção, *Comparações Internacionais* (na quase totalidade entregue a investigadores estrangeiros), com quinze sínteses que abordam o fim do Antigo Regime noutros contextos europeus, mas também em geografias longínquas, com características bem diversas do velho continente – China e Japão, entre outros –, que pode ser considerada complementar, mas não comparatista.

Após uma breve *Cronologia*, que começa no pombalismo e termina na Regeneração de 1851 (justificável, pois muitos textos recuam ou avançam para marcos temporais anteriores ou posteriores aos do título), a obra compõe-se de 103 ensaios, rematados por remissões para outros ensaios e uma lista de referências bibliográficas. No final, além dos créditos das 135 imagens, encontram-se três índices: o onomástico e o toponímico (de grande utilidade, com o segundo a constituir uma novidade face ao dicionário de Furet e Ozouf) e o índice dos 59 colaboradores (e não cerca de 70, além dos coordenadores, como indicado na primeira página) de diversas universidades portuguesas e estrangeiras, a representar «várias gerações e vários pontos de vista» (p. 15).

Uma obra com estas características deve, pois, considerar-se “monumental”, fruto de um labor que remonta a 2018, como informa Rui Ramos em entrevista ao *JL* de 5 de março de 2025, vertido num volume de 1638 páginas, «elegante, manuseável e legível», segundo palavras do entrevistado e com as quais não se discorda, já que o objeto livro também conta.

Pela sua dimensão e complexidade intrínseca, este dicionário tem necessariamente de resultar de uma ponderada série de opções e critérios variados (gráficos, temáticos, metodológicos, historiográficos, etc.) que responderá a hipóteses alternativas, embora um texto introdutório mais alargado pudesse esclarecer questões aí apenas afloradas, evidenciar caminhos de renovação analítica e documental, identificar temas que carecem ainda de aprofundamento e, quiçá, selecionar algumas dezenas de contributos bibliográficos fundamentais para o estudo da revolução liberal, tanto entre os mais antigos como os que consubstanciam as ditas novas perspetivas abertas nas últimas quatro décadas. A *Introdução* seria, nessa qualidade, o primeiro “ensaio interpretativo” de um dicionário que tem o propósito de marcar diferenças, desde logo que a revolução liberal foi um marco de profunda rutura, aspeto que não suscita choque ou surpresa (assinala, decerto, o início da contemporaneidade portuguesa), mas pode gerar fecunda discussão. Veja-se como termina o ensaio *Antigo Regime*, de outro coordenador da obra: «o liberalismo mudou o nome às coisas, cabendo avaliar e reavaliar em que medida as coisas mudaram com o nome» (p. 444).

Assim, como obra de múltiplos autores, além das assumidas dissonâncias de interpretação, encontram-se nela diferenças de estilo no discurso historiográfico, nos predicados do ensaio histórico, no grau de novidade e atualização dos estudos. Contingências das coletâneas ensaísticas que não diminuem o proveito da consulta deste dicionário, a impreterível necessidade de a ele se recorrer para finalidades diversas, do ensino à investigação. Nos domínios da política, economia, sociedade, cultura e ideias, avultam muitos ensaios de grande valia, que conjugam problematização, sistematização e (re)indagação das fontes.

Duas áreas ausentes (de forma autónoma) da planificação deste dicionário são a história militar e a diplomacia, todavia reclamando renovação da análise e das fontes; refira-se, a título de exemplo, a guerra civil de 1832-1834 e, dentro dela, o cerco do Porto. Um aspeto sempre passível de debate prende-se com a seleção das entradas, suas designações e localização, assunto sobre o qual se apresentam pequenas notas.

A secção *Acontecimentos* (por sinal a mais pequena, com nove textos) termina com *Vinte e Quatro de Agosto e Martinhada (1820)*, o que surpreende pela junção dos dois acontecimentos e pela data grafada por extenso; se mantivesse o habitual “24 de Agosto”, encabeçaria esta secção, destronando a *Belfastada*, que aqui persevera na sua denominação tradicional e pouco exata, pois reporta-se a um episódio final de uma revolta que se iniciara um mês antes, contra o Miguelismo. Pode estranhar-se a presença de matérias como *Agricultura* ou *Comércio e Manufaturas* na secção *Ideias*, na qual é possível encontrar o ensaio *Liberalismo*, mas não absolutismo ou contrarrevolução. Na secção seguinte, relativa às instituições e dinâmicas sociais, a entrada *Mulheres* é já contemplada, e há lugar para *Cortes de Antigo Regime, 1828*, mas não para as Cortes Constituintes (apesar de reiteradamente evocadas nos mais diversos ensaios, como *Opinião Pública*, a propósito da consignação da liberdade de imprensa, ou, num ângulo diverso, em *Eleições*). Na secção *Intérpretes, Memorialistas e Historiadores*, em que pontuam, entre outros, os indefetíveis Herculano, Garrett e Martins, denota-se a preocupação de integrar um músico e um pintor (Bomtempo e Sequeira), bem como os temas do comemoracionismo, das representações da literatura ou os testemunhos de *Memorialistas e Visitantes Estrangeiros*, mas não deixa de se sentir a ausência de Luz Soriano, cuja produção, contudo, é referida com frequência. Já o Brasil é praticamente transversal a todas as secções, dos *Acontecimentos* (independência) às *Comparações Internacionais*, passando pelos *Atores* (em que não falta José Bonifácio), além das entradas relativas ao comércio, colónias, escravatura, entre outras.

Concluindo, a relevância desta edição é iniludível. Pena é que abarque apenas a primeira fase da “revolução liberal”, que se prolonga até 1851. Resta esperar que outras obras, de variados tipos, surjam nestes anos de bicentenário para prosseguir o intento de mais plena compreensão da construção do “Portugal Novo”, apesar da atual conjuntura geracional não ser a mais favorável, tendo em conta o progressivo declínio de atratividade do século XIX (e sobretudo da sua primeira metade) entre os investigadores nacionais mais jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ramos, R., Cardoso, J. L., Monteiro, N. G., & Silva, I. C. (Coord.). (2025). *Dicionário Crítico da Revolução Liberal (1820-1834)*. Dom Quixote.

Submissão/submission: 03/07/2025

Aceitação/approval: 12/12/2025

Conceição Meireles Pereira, CITCEM-FLUP, Universidade do Porto, 4150-564 Porto, Portugal.
mcoelho@letras.up.pt

Pereira, C. M. (2026). Rui Ramos, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Isabel Corrêa da Silva (Coord.), *Dicionário Crítico da Revolução Liberal (1820-1834)*. Dom Quixote, 2025. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (25), 1-4. <https://doi.org/10.48751/CAM-2026-25442>
